de mercadorias, mas de todás constará a indicação de que os seus possuidores não podem efectuar serviços remunerados, procedendo-se à apreensão das cartas cujos titulares deixem de observar a referida indicação.

3.º Aos individuos possuidores da carta de condução a que se refere o artigo 94.º do Código da Estrada, passada posteriormente a 28 de Março de 1942, será facultada, com observância das condições regulamentares, a carta referida no artigo 95.º do mesmo Código para a condução de automóveis pesados e motociclos em serviço remunerado, desde que a requeiram até 30 de Junho de 1946.

O mesmo se observará quanto à licença a que se refere o artigo 99.º do Código da Estrada, desde que a carta de condução ali referida tenha sido passada também posteriormente a 28 de Março de 1942.

Na passagem destas cartas e licenças ter-se-á em atenção o disposto nos números anteriores.

4.º Fica revogada a portaria n.º 10:880, de 28 de Fevereiro de 1945.

Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 1 de Junho de 1946.— O Ministro das Obras Públicas e Comunicações, *Augusto Cancellal de Abreu*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Direcção Geral do Ensino Primário

Decreto-lei n.º 35:681

Por iniciativa dos beneméritos António José Fernandes Guimarães e Justino José Fernandes foi mandado construir, em comparticipação com o Estado e com a Câmara Municipal de Lisboa, o edificio onde está instalada a escola primária n.º 1 da 1.ª zona desta cidade, cuja inauguração se verificou em Dezembro de 1874.

Para completar esta obra, e seguindo as tradições de generosidade dos seus antepassados, o benemérito António Tarujo Formigal deseja oferecer a importância de

500.000\$ para a sustentação de uma cantina na referida escola, ficando a cargo daquelas mesmas entidades a parte que a cada uma respeita para assegurar o funcionamento e a eficiência desta obra circum-escolar.

E, como manifestação do apreço do Estado por esta acção benemerente, dá-se a esta cantina o nome de uma pessoa da familia do doador.

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É autorizado o Governo a aceitar do benemérito António Tarujo Formigal a importância de 500.000\$ para a manutenção de uma cantina na escola n.º 1 da 1.ª zona da cidade de Lisboa, à qual será dado o nome de Cantina Escolar D. Adelaide Tarujo Formigal.

Art. 2.º As instalações da cantina serão construídas e apetrechadas pelo Estado e a Câmara Municipal de Lisboa ampliará o actual edificio da escola de forma a poder receber toda a população escolar que lhe está adstrita.

§ único. Estas obras deverão estar concluídas a tempo de serem inauguradas por ocasião das comemorações do 8.º centenário da tomada de Lisboa aos mouros.

Art. 3.º A administração da cantina será autónoma e atribuída a uma comissão nomeada pelo Ministro da Educação Nacional, da qual fará parte, como presidente, o benemérito ou um seu representante.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 1 de Junho de 1946. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz* — *Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira* — *João Pinto da Costa Leite* — *Fernando dos Santos Costa* — *Américo Deus Rodrigues Thomaz* — *Augusto Cancellal de Abreu* — *Marcello José das Neves Alves Caetano* — *José Caeiro da Matta* — *Clotário Luiz Supico Ribeiro Pinto*.